

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO

Karine de Oliveira Andrade

**A INFLUÊNCIA DA CULTURA POLÍTICA NA FORMAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS
ELEITORAIS NO BRASIL: Um estudo sobre as manifestações de identidade política e
sua relação com a representatividade**

Belo Horizonte / MG

2023

Karine de Oliveira Andrade

**A INFLUÊNCIA DA CULTURA POLÍTICA NA FORMAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS
ELEITORAIS NO BRASIL: Um estudo sobre as manifestações de identidade política e
sua relação com a representatividade**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Ciências do Estado, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências do Estado.

Orientador: Professor Doutor Roberto Vasconcelos
Novaes

Belo Horizonte / MG

2023

*Dedico este trabalho a todos que contribuíram direta ou indiretamente em minha
formação acadêmica.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero expressar minha profunda gratidão a Deus.

Em seguida, desejo estender meus agradecimentos calorosos aos estimados docentes desta renomada instituição. A dedicação incansável ao ensino e ao desenvolvimento dos discentes foi verdadeiramente inspiradora. Cada aula, orientação e conselho contribuíram significativamente para o meu crescimento intelectual e profissional. Suas mentes brilhantes e paixão pelo conhecimento moldaram meu percurso acadêmico de maneira inestimável.

Não posso deixar de expressar minha gratidão profunda à minha família e amigos, cujo apoio foi absolutamente indispensável nesta importante etapa da minha vida. Agradeço por estarem ao meu lado, compartilhando alegrias e tristezas, e por serem a âncora que me manteve firme diante dos desafios. A companhia, paciência e compreensão foram um verdadeiro bálsamo nos momentos de dificuldade, e por isso, sou eternamente grata.

Por fim, gostaria de estender meus agradecimentos à ilustre instituição que é a Universidade Federal de Minas Gerais. Esta venerável instituição não apenas me proporcionou educação de alta qualidade, mas também ofereceu um ambiente intelectualmente estimulante e recursos excepcionais que enriqueceram minha jornada acadêmica. Agradeço a todos os membros da comunidade acadêmica por seu compromisso com a excelência e pela oportunidade de fazer parte desta renomada universidade.

Em resumo, minha jornada acadêmica foi enriquecida por uma série de bênçãos e apoio incansável, e por isso, desejo expressar minha gratidão mais profunda a Deus, aos discentes, à minha família, aos amigos e à Universidade Federal de Minas Gerais. Cada um desempenhou um papel inestimável na minha trajetória, e por isso, minha gratidão é eterna.

A INFLUÊNCIA DA CULTURA POLÍTICA NA FORMAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS ELEITORAIS NO BRASIL: Um estudo sobre as manifestações de identidade política e sua relação com a representatividade

RESUMO

O conceito de cultura política refere-se ao conjunto de crenças, valores, atitudes e comportamentos políticos compartilhados por membros de uma sociedade ou grupo social. É uma dimensão importante para compreender como as pessoas percebem, interpretam e participam da vida política. A cultura política influencia a forma como os indivíduos compreendem e avaliam as instituições políticas, os líderes, as políticas públicas e a própria ideia de democracia. Ela molda as expectativas em relação ao governo e influencia as opiniões sobre questões sociais, econômicas e morais. Compreender a cultura política de um determinado grupo é fundamental para analisar e explicar os processos políticos, a estabilidade democrática, os conflitos sociais e as mudanças políticas ao longo do tempo. Através da análise da cultura política, é possível identificar padrões de comportamento político e entender as razões por trás das escolhas políticas dos indivíduos e grupos sociais. Neste trabalho, analisar-se-á a cultura política, buscando identificar as interações entre as estruturas sociais e as formas de consciência política, em aspectos referentes ao o baixo espírito de solidariedade, o patrimonialismo, o reduzido espírito público, a mentalidade hierárquica, o familismo, e um discurso meritocrático que carece de críticas.

Palavras-chave: Cultura política; preferências eleitorais; Brasil; manifestações de identidade política; representatividade.

THE INFLUENCE OF POLITICAL CULTURE ON THE FORMATION OF ELECTORAL PREFERENCES IN BRAZIL: A study on the manifestations of political identity and its relationship with representation

ABSTRACT

The concept of political culture refers to the set of political beliefs, values, attitudes and behaviors shared by members of a society or social group. It is an important dimension for understanding how people perceive, interpret and participate in political life. Political culture influences the way individuals understand and evaluate political institutions, leaders, public policies and the idea of democracy itself. It shapes expectations of government and influences opinions on social, economic, and moral issues. Understanding the political culture of a given group is fundamental to analyzing and explaining political processes, democratic stability, social conflicts and political changes over time. Through the analysis of political culture, it is possible to identify patterns of political behavior and understand the reasons behind the political choices of individuals and social groups. In this work, political culture will be analyzed, seeking to identify the interactions between social structures and forms of political consciousness, in aspects relating to the low spirit of solidarity, patrimonialism, the reduced public spirit, the hierarchical mentality, the familism, and a meritocratic discourse that lacks criticism.

Keywords: Political culture; electoral preferences; Brazil; manifestations of political identity; representation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CULTURA POLÍTICA: Individualismo e coletivismo	11
	2.1 Cultura Política do Brasil	16
3	IDENTIDADE POLÍTICA E PREFERÊNCIAS ELEITORAIS	27
4	A CRISE DA REPRESENTATIVIDADE: Uma análise do direito de liberdade e o consequente individualismo	33
5	CONCLUSÃO	36
6	ANEXOS	40
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

A cultura política brasileira tem sido caracterizada por uma aparente inércia quando se trata da conquista de direitos. Essa apatia em relação à busca ativa por direitos pode ser atribuída em parte à forma como os direitos foram introduzidos no Brasil, tendo como modelo as democracias liberais da Europa. A transferência desses valores e princípios democráticos para o contexto brasileiro pode não ter sido acompanhada pelo mesmo fervor e luta que caracterizou o processo de conquista de direitos em algumas sociedades europeias. Cenário já desenvolvido por Oliveira Viana:

Obras de reflexo, de imitação apressada de idéias, cujos centros de formação estão muito longe de nós, meros produtos do entusiasmo de minorias inteligentes e letradas, essas campanhas e agitações liberais interessam, vingam e vencem em nosso meio, não porque a liberdade haja porventura sofrido aqui essas vicissitudes, que sofreu no mundo europeu; mas porque, pelos seus altos e formosos intuitos, falam à imaginação generosa e idealista da raça, às suas tendências espontâneas de bondade e justiça, à nobreza ingênita da sua índole, a esse fundo sentimento de beleza moral, que nos faz tomarmos pela democracia, pela República, pela Federação, pela liberdade uma atitude desinteressada, quixotesca e platônica de cavaleiro andante pela sua dama. (VIANA, 2005, p. 291)

A história do Brasil é marcada por períodos de escravidão, nos quais um grande número de indivíduos foi privado de liberdade e igualdade. No entanto, a luta pela liberdade e igualdade por parte dos escravizados nem sempre foi eficaz, e muitos obstáculos foram colocados em seu caminho. A ideia de "liberdade, igualdade e fraternidade" que estava no cerne das revoluções democráticas na Europa nem sempre se materializou de maneira plena no contexto brasileiro.

Embora a história registre exemplos notáveis de fraternidade, como os quilombos, nos quais comunidades negras se uniram em busca de autonomia e solidariedade, a liberdade e igualdade continuaram a ser desafios persistentes. A cultura política que se desenvolveu no Brasil ao longo do tempo foi, de fato, fortemente influenciada pelo individualismo, como retratado em obras como "Casa Grande e Senzala", que destacaram a concentração de poder nas mãos dos patriarcas e das famílias. Essa herança cultural do individualismo persiste até os dias de hoje.

Uma manifestação contemporânea dessa cultura política individualista pode ser observada nos discursos de parlamentares durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Muitos desses discursos enfatizaram interesses individuais, partidários e pessoais em detrimento de uma visão coletiva da sociedade brasileira. Essa ênfase no individualismo e na fragmentação dos interesses políticos dificulta a construção de uma sociedade brasileira verdadeiramente coletiva, na qual os cidadãos se unam para buscar o bem comum. Conforme exemplos:

Sr. presidente, pela minha família, pelos meus filhos, pelo povo do Estado do Rio de Janeiro e pela população de Itaguaí, ordeira e trabalhadora, eu voto “sim” (Alexandre Vale, PR-RJ).

Presidente, pelo resgate da esperança do povo brasileiro, pela reconstrução do nosso país, mas, sobretudo, em defesa da vida, da família e da fé, voto “sim” (Erivelton Santana, PEN-BA).

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é “sim” (Pastor Eurico, PHS-PE).

Sr. presidente, fui eleito por paranaenses que acreditam no resgate da moralidade na política. Fui eleito pelo projeto de fé e política da renovação carismática católica no meu Estado do Paraná. Pela minha família, pela minha filha, pela minha esposa, pelo povo do Paraná, tenho orgulho em dizer: terra da Lava-Jato, avante! Polícia Federal! “Sim” ao impeachment (Diego Garcia, PHS-PR).

Portanto, a cultura política brasileira tem raízes profundas no individualismo e na falta de uma tradição de luta coletiva pela conquista de direitos. Essa herança histórica influencia a maneira como a política é conduzida no Brasil, muitas vezes priorizando interesses individuais em detrimento do bem-estar coletivo. Para promover uma sociedade mais coletiva, é necessário reconhecer e abordar esses desafios culturais e políticos de forma crítica e proativa.

Neste trabalho, explorarei a cultura política do Brasil à luz do pensamento gramsciano. Antonio Gramsci foi um renomado teórico italiano do século XX, conhecido por suas contribuições ao estudo da cultura política, especialmente por meio do conceito de "hegemonia". A aplicação desse conceito à cultura política do Brasil é um empreendimento complexo e envolvente, que requer uma análise detalhada e extensa. Analisarei essa pauta

considerando como a noção de hegemonia se manifesta e influencia a política e a sociedade no país.

O comportamento eleitoral e a escolha de votar em um determinado candidato são processos complexos que envolvem uma interação de fatores individuais, sociais e políticos. A cultura política, como mencionado, desempenha um papel fundamental na formação dessas preferências eleitorais. Neste contexto acadêmico, pretendo examinar os principais determinantes que influenciam a escolha do eleitor por um candidato, considerando a influência da cultura política.

No primeiro momento desenvolverei sobre a cultura política, que pode ser definida como o conjunto de valores, crenças, atitudes e práticas políticas que são compartilhados por membros de uma sociedade ou comunidade política. Ela molda a maneira como os indivíduos percebem e participam da política, fornecendo um quadro de referência para suas decisões eleitorais. As instituições políticas e jurídicas de um país, por sua vez, são influenciadas e moldadas pela cultura política predominante.

A cultura política desempenha um papel central na formação das preferências eleitorais e, por extensão, na escolha do eleitor por um candidato específico. Ela serve como o ponto de partida para o envolvimento político de um indivíduo e molda sua visão de mundo política. Entender como a cultura política interage com outros fatores determinantes, como identificação partidária, posições políticas e características do candidato, é essencial para compreender o comportamento eleitoral em um contexto acadêmico e político mais amplo. Portanto, a análise da cultura política é fundamental para desvendar os mecanismos subjacentes à democracia e à participação política.

No contexto brasileiro, marcado por sua rica diversidade cultural e social, compreender como a cultura política influencia as preferências eleitorais é essencial para analisar os desafios enfrentados pela representatividade política. A crise de representatividade é um fenômeno que ocorre quando os cidadãos sentem que os canais formais de representação política, como partidos políticos e instituições governamentais, não os representam adequadamente. Essa crise é frequentemente associada à percepção de distanciamento entre os políticos e os cidadãos, bem como à sensação de que os interesses e demandas da população não são levados em consideração pelos governantes.

Este estudo justifica-se pela necessidade de investigar as manifestações de identidade política e sua relação com a formação das preferências eleitorais, a fim de compreender de que maneira essas influências culturais podem impactar a representatividade política no Brasil.

O objetivo geral consiste em analisar a influência da cultura política na formação das preferências eleitorais no Brasil, com foco nas manifestações de identidade política, e investigar sua relação com a representatividade política.

Os objetivos específicos consistem em: a) Explorar as teorias e conceitos relacionados à cultura política, preferências eleitorais e identidade política, a fim de embasar a análise; b) Investigar as manifestações de identidade política presentes no contexto brasileiro e sua relação com as preferências eleitorais, considerando elementos como valores, ideologias, identidades de grupo e experiências históricas; c) Analisar os impactos das manifestações de identidade política na representatividade política no Brasil, considerando aspectos como a diversidade de opiniões, a inclusão de diferentes grupos sociais e a qualidade da representação; e d) Propor reflexões e recomendações sobre como promover uma representatividade política mais inclusiva e efetiva, levando em conta as manifestações de identidade política¹.

Com base em conhecimentos de Ciências Políticas, de História, de Sociologia, de Filosofia, da Psicologia, de Direito Constitucional, e de Direitos Humanos e Fundamentais desenvolve-se o estudo com análise documental e pesquisa bibliográfica, utilizando-se uma metodologia descritiva e predominantemente explicativa.

Este trabalho terá uma abordagem predominantemente qualitativa. Também será realizada uma revisão bibliográfica de fontes relevantes sobre a representatividade política no Brasil. Serão analisados os conceitos, teorias e argumentos, relacionando-os aos desafios da representação democrática. Além disso, serão utilizados estudos de caso, exemplos concretos e dados estatísticos para fundamentar a análise crítica. Por fim, serão propostas reflexões e recomendações, considerando a realidade brasileira, as experiências internacionais e as perspectivas de especialistas no campo da ciência política.

2 CULTURA POLÍTICA: Individualismo e coletivismo

A cultura política do Brasil é um tema intrincado e multifacetado que tem sido objeto de análise e debate por acadêmicos, políticos e observadores sociais. Neste ensaio, adotarei o conceito de cultura política proposto por Antonio Gramsci como lente analítica para entender

¹ A metodologia da pesquisa num planejamento deve ser entendida como o conjunto detalhado e seqüencial de métodos e técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objetivos inicialmente propostos e, ao mesmo tempo, atender aos critérios de menor custo, maior rapidez, maior eficácia e mais confiabilidade de informação (BARRETO; HONORATO, 1998).

os aspectos centrais da política e da sociedade brasileira. O objetivo é examinar como a noção de hegemonia, desenvolvida por Gramsci, pode esclarecer os padrões e dinâmicas da cultura política brasileira. Para Gramsci:

Cultura é [...] organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue aprender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres (GRAMSCI 2004, p. 58)

Para entender a perspectiva de Gramsci, é útil revisitar a teoria marxista básica. De acordo com Marx, a estrutura de uma sociedade é composta pelas relações de produção e pela organização econômica, enquanto a superestrutura engloba todas as outras instituições e aspectos da sociedade, como política, cultura, religião, educação e ideologia. Marx argumentou que a superestrutura é influenciada pela estrutura econômica de uma sociedade, ou seja, as ideias, valores e normas que prevalecem em uma sociedade são moldados pelas relações de produção existentes. Segundo Marx:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Gramsci, por sua vez, introduziu o conceito de "hegemonia" para explicar como as classes dominantes mantêm seu poder não apenas por meio da coerção econômica e política, mas também por meio da dominação cultural e ideológica. Ele argumentou que as classes dominantes estabelecem sua hegemonia ao disseminar suas ideias, valores e normas como senso comum na sociedade. Isso significa que a superestrutura não é apenas um reflexo passivo da estrutura econômica, mas também desempenha um papel ativo na reprodução das relações sociais e de poder. Conforme o autor:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2007a, p. 21).

Segundo Gramsci, estrutura e superestrutura formam um bloco histórico, ambas mantêm uma relação de reciprocidade dialética. Em sua análise, Gramsci não realizou uma cisão entre as esferas constitutivas da sociedade, já que não haveria primeiro uma estrutura e depois uma superestrutura, mas um vínculo orgânico e dialético entre elas, correspondente a uma organização social concreta. Conforme Gramsci:

Um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, ao que me parece, deve-se ao fato (fato que, ademais, não é casual) de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia. O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, inútil; estúpida, etc. É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 2011a, p. 237)

Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade; a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos

sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir. (GRAMSCI, 2011a, p. 237)

Portanto, enquanto Marx enfatizou a influência da estrutura sobre a superestrutura, Gramsci ampliou essa visão ao destacar a importância da superestrutura na reprodução do poder e na construção da hegemonia.

A cultura política influencia os níveis de participação cívica em uma sociedade. Sociedades com uma cultura política que valoriza o engajamento cívico, o ativismo e a responsabilidade cívica geralmente têm uma participação mais ativa em eleições, protestos e outras formas de ativismo. Por outro lado, em culturas políticas apáticas ou desconfiadas das instituições políticas, a participação cívica pode ser baixa.

A cultura política parece desempenhar um papel fundamental na moldagem das estruturas sociais. Suas influências permeiam todas as áreas da sociedade, desde economia até educação, poder e participação cívica. Compreender a dinâmica entre cultura política e estruturas sociais é essencial para formular políticas eficazes e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao reconhecer a importância da cultura política, os formuladores de políticas podem criar abordagens mais sensíveis e culturalmente adaptadas para enfrentar os desafios sociais e promover o desenvolvimento sustentável.

Dois tipos de cultura política amplamente discutidos são o individualismo e o coletivismo. O individualismo enfatiza a autonomia, a liberdade pessoal e a busca pelo interesse próprio, enquanto o coletivismo prioriza o bem-estar do grupo, a solidariedade e o comprometimento com o bem comum.

O individualismo político tende a valorizar a independência do indivíduo e sua capacidade de tomar decisões autônomas. Nessa perspectiva, a liberdade individual é central, promovendo a competição, a meritocracia e a responsabilidade pessoal. Os indivíduos que adotam essa cultura política tendem a priorizar seus interesses pessoais sobre os interesses coletivos. O sistema capitalista muitas vezes está associado a essa cultura política, onde o sucesso individual é celebrado e incentivado.

Por outro lado, o coletivismo político visa enfatizar a importância do grupo sobre o indivíduo. Valores como solidariedade, colaboração e igualdade são essenciais nessa perspectiva. Os adeptos do coletivismo estão dispostos a sacrificar interesses pessoais em prol do bem-estar da comunidade. Sistemas políticos e sociais baseados no coletivismo, como o socialismo, buscam reduzir as disparidades sociais e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos.

As influências na formação da cultura política são diversas e incluem fatores históricos, econômicos, sociais e culturais. A educação desempenha um papel fundamental na transmissão de valores políticos, assim como a mídia e as experiências pessoais. Além disso, a estrutura política e econômica de um país pode fortalecer ou enfraquecer a cultura política individualista ou coletivista.

A intersecção entre cultura política e regimes políticos constitui um ponto focal de análise sociopolítica, englobando elementos intrínsecos à estabilidade e à funcionalidade de sistemas governamentais. A compreensão da cultura política enquanto alicerce essencial na configuração e sustentação dos regimes políticos é de suma importância, visto que a cultura política representa o conjunto de valores, normas, crenças e práticas compartilhadas por uma sociedade em relação à atividade política e ao exercício do poder.

A interdependência entre cultura política e regimes políticos se manifesta na medida em que a cultura política de uma sociedade é capaz de refletir e, por vezes, legitimar os princípios, valores e ideias que fundamentam um determinado regime.

Ademais, a cultura política atua como um mecanismo de socialização política, moldando as percepções individuais sobre o funcionamento do sistema político e orientando a forma como os cidadãos se envolvem ou se afastam das práticas políticas. Dessa forma, a ausência ou a inadequação de uma cultura política congruente com os princípios subjacentes a um determinado regime pode minar sua legitimidade e estabilidade, colocando em xeque a sua continuidade e eficácia.

Em síntese, a cultura política desempenha um papel preponderante na configuração, legitimação e sustentação dos regimes políticos, sendo um elemento crucial na compreensão das dinâmicas políticas de uma sociedade. A análise dessas relações complexas entre cultura política e regimes políticos oferece insights fundamentais para a compreensão das nuances e das peculiaridades inerentes aos sistemas políticos contemporâneos.

O individualismo tem sido objeto de análise e debate em diversas disciplinas acadêmicas, incluindo sociologia, filosofia, psicologia e economia. Ao longo dos últimos séculos, a sociedade ocidental tem experimentado uma transformação significativa no que diz respeito à valorização do indivíduo e à sua autonomia em relação ao coletivo.

O individualismo tem raízes profundas na filosofia ocidental, sendo especialmente influenciado pelo pensamento iluminista dos séculos XVII e XVIII. Filósofos como John Locke e Jean-Jacques Rousseau defendiam ideias relacionadas à liberdade individual, direitos naturais e autonomia pessoal. Ao longo do tempo, esses princípios foram incorporados nas estruturas

sociais e políticas, moldando a forma como as sociedades modernas percebem o papel do indivíduo na comunidade.

Na sociedade contemporânea, o individualismo se manifesta de diversas maneiras, desde a valorização da liberdade individual até a promoção do empreendedorismo e da competição no mercado. No entanto, essa ênfase excessiva no individualismo também levanta questões importantes sobre o isolamento social, a falta de solidariedade comunitária e o aumento das desigualdades sociais.

Gramsci escreve sobre “o homem-indivíduo e o homem-massa”. Uma multidão de indivíduos, diz ele, “dominada pelos interesses imediatos ou tomada pela paixão suscitada pelas impressões momentâneas [...] unifica-se na decisão coletiva pior...”; nessas multidões, “o individualismo não só não é superado, mas é exasperado...”. (GRAMSCI, 2017, p. 278)

Por outro lado, Max Weber, desenvolveu conceitos fundamentais sobre o individualismo em suas obras. Weber discutiu o papel central do individualismo na sociedade moderna, destacando suas dimensões econômicas, sociais e culturais. Em sua análise, ele abordou o surgimento do individualismo dentro do contexto do desenvolvimento do capitalismo e da racionalização.

Weber argumentou que o individualismo é um componente essencial da modernidade, influenciando tanto as instituições sociais quanto a estrutura da vida cotidiana. Ele observou que o individualismo se manifesta de maneiras diversas, incluindo o individualismo metodológico na ciência, o individualismo ético na moralidade e o individualismo econômico no livre mercado.

A cultura política de um país desempenha um papel fundamental na maneira como os cidadãos interagem com o sistema político e como as decisões são tomadas em nível nacional.

Nos próximos tópicos, realizaremos uma análise da cultura política do Brasil, focando nos aspectos de individualismo e coletivismo, da formação das preferências eleitorais na identidade política e em sua relação com a representatividade.

2.1 CULTURA POLÍTICA DO BRASIL

A cultura política do Brasil é um tema de extrema complexidade, amplamente influenciada pela diversidade de experiências históricas que moldaram a nação ao longo dos séculos. Essas histórias são marcadas por narrativas distintas, muitas vezes polarizadas por questões raciais e étnicas que ressoam profundamente na sociedade brasileira.

A cultura política do Brasil também é influenciada por fatores contemporâneos, como a globalização, a urbanização e as lutas por igualdade de gênero e direitos LGBTQ+. Portanto, entender a cultura política brasileira requer uma análise profunda e multifacetada que leve em consideração não apenas as histórias de dor e privilégio, mas também as vozes e experiências de todas as comunidades que compõem essa nação complexa e diversificada.

No contexto brasileiro, é crucial analisar o aspecto individualista que permeia a cultura política, influenciando desde as eleições até as políticas públicas. Esta análise minuciosa busca entender as origens, manifestações e implicações do individualismo na política brasileira, examinando como ele molda as atitudes dos cidadãos e os comportamentos dos políticos.

O individualismo na cultura política brasileira tem raízes históricas profundas, ligadas à colonização e à formação de uma sociedade hierarquizada. Ao longo dos anos, esse individualismo evoluiu, sendo influenciado por fatores como a urbanização, a industrialização e a democratização do país. No entanto, o peso do individualismo persiste, refletindo-se em práticas políticas marcadas por clientelismo, nepotismo e interesses pessoais sobre o bem comum.

A manifestação mais evidente do individualismo na política brasileira é observada nas práticas eleitorais, onde candidatos muitas vezes promovem agendas pessoais em detrimento de propostas que beneficiariam a sociedade como um todo. Além disso, o clientelismo, onde políticos trocam favores por votos, é uma expressão clara do individualismo na esfera política. A falta de confiança nas instituições políticas também é alimentada pelo individualismo, uma vez que os cidadãos muitas vezes desconfiam dos políticos que parecem priorizar seus próprios interesses em detrimento das necessidades da população.

O individualismo na cultura política do Brasil tem implicações profundas e multifacetadas. Ele contribui para a polarização política, dificultando o diálogo e a cooperação entre diferentes grupos e partidos. Além disso, promove a corrupção, uma vez que políticos corruptos muitas vezes agem em benefício próprio, negligenciando o bem-estar da sociedade. A falta de engajamento cívico também é uma consequência do individualismo, já que os cidadãos desiludidos com a política tendem a se afastar do processo democrático, enfraquecendo assim a democracia como um todo.

Como ponto de partida, temos o colonialismo brasileiro, marcado pela chegada dos portugueses em 1500, teve um impacto profundo na estrutura social, econômica e cultural do país. Durante séculos, o Brasil foi uma colônia explorada, onde as riquezas naturais foram exploradas e a mão de obra escrava foi utilizada extensivamente. Esse contexto histórico

influenciou o desenvolvimento do individualismo, um fenômeno social complexo que se manifesta na ênfase aos interesses pessoais em detrimento do coletivo.

Durante o período colonial, o Brasil foi um dos principais destinos do tráfico transatlântico de escravizados africanos. A escravidão não apenas explorou brutalmente a dignidade humana, mas também enfraqueceu os laços comunitários entre os diferentes grupos étnicos. A exploração desenfreada dos recursos naturais, como o açúcar e o ouro, agravou ainda mais essa situação, perpetuando a visão de que o indivíduo era apenas uma peça na engrenagem da economia colonial.

Conforme Caio Prado Jr.:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JR, 1986, p. 17).

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. (Prado Júnior, 1987, p. 31-32)

A estrutura social colonial era altamente hierárquica, com uma pequena elite detendo o poder político e econômico. Essa desigualdade social criou uma mentalidade individualista entre aqueles que estavam no topo da pirâmide social, incentivando a busca incessante por acumulação de riqueza e status pessoal, muitas vezes à custa do bem-estar coletivo.

Além dos aspectos econômicos e sociais, o colonialismo brasileiro também teve um impacto cultural e ideológico significativo. A imposição da cultura europeia e do cristianismo como valores dominantes levou à supressão das tradições indígenas e africanas. Esse processo contribuiu para a desvalorização das identidades coletivas em favor da assimilação cultural e, por conseguinte, fortaleceu a primazia do indivíduo sobre a comunidade.

Segundo Oliveira Viana:

São escassíssimas as instituições de solidariedade social em nosso povo. Em regra, aqui, o homem vive isolado dentro dos latifúndios ou do seu círculo familiar. O âmbito da solidariedade social é restritíssimo. Essa carência de institutos de solidariedade e cooperação, principalmente de solidariedade e cooperação vicinal, tão comuns e numerosos entre os velhos povos ocidentais, e tanto mais surpreendente quanto o luso, cuja civilização absorve o contingente social trazido pelo índio e pelo negro, possuía, e possui ainda, formas várias, e não poucas, de solidariedade vicinal. (VIANA, 2005, p. 231)

O individualismo enraizado no período colonial continua a ser um desafio para a sociedade brasileira contemporânea. A busca incessante por sucesso pessoal muitas vezes se sobrepõe à solidariedade social e à construção de políticas públicas voltadas para o bem comum. A desigualdade persistente, a falta de acesso igualitário à educação e aos recursos básicos, bem como a competição exacerbada em todos os níveis da sociedade, são reflexos do legado do colonialismo brasileiro.

O período colonial foi um capítulo sombrio na história do país, cujas consequências reverberam até os dias de hoje. O individualismo, enraizado nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais desse período, continua a moldar a maneira como os brasileiros interagem entre si e com o mundo ao seu redor. Reconhecer e compreender essa conexão é crucial para abordar os desafios contemporâneos, promovendo uma sociedade mais justa e solidária, onde o valor do coletivo seja reconhecido e celebrado.

A questão da colaboração dos brasileiros com o governo é um tema complexo e multifacetado que envolve diversos fatores sociais, políticos e econômicos. Para analisar essa situação, é importante considerar diferentes perspectivas e nuances. O sociólogo Alberto Carlos Almeida, em suas análises, traz à tona dados que lançam luz sobre a tendência predominante na sociedade brasileira em relação à colaboração com o governo, especialmente quando os cidadãos sentem que o governo não está cumprindo adequadamente o seu papel.

Um ponto crucial a se considerar é o contexto histórico e político do Brasil. O país tem uma longa história de desconfiança em relação às instituições governamentais, resultante de uma série de eventos políticos e econômicos que moldaram a mentalidade coletiva ao longo das décadas. Questões como corrupção, má gestão de recursos públicos e falta de transparência contribuíram para a descrença generalizada na capacidade do governo de agir em prol do bem comum.

Além disso, a desigualdade social e econômica no Brasil cria divisões profundas na sociedade, o que pode levar a uma falta de solidariedade e confiança no sistema. Quando os cidadãos percebem que o governo não está atendendo às suas necessidades básicas, como saúde, educação e segurança, é compreensível que eles hesitem em colaborar ativamente.

O baixo espírito público mencionado por Almeida pode ser interpretado como uma consequência dessa falta de confiança nas instituições governamentais. Em uma sociedade onde os indivíduos não veem resultados tangíveis das ações do governo, é natural que eles se tornem mais focados em seus interesses pessoais e nas necessidades imediatas de suas comunidades, em detrimento de um senso de responsabilidade coletiva (ANEXO I).

A mestiçagem brasileira é um fenômeno complexo que reflete a rica diversidade étnica e cultural do país. No entanto, este processo foi marcado por eventos sombrios durante o período colonial, incluindo estupros perpetrados contra mulheres indígenas e africanas, que deixaram cicatrizes profundas na sociedade brasileira.

Durante a colonização, estupros eram uma prática comum, onde mulheres indígenas e africanas eram frequentemente vítimas. Esses atos violentos não apenas desumanizaram as vítimas, mas também criaram uma população mestiça, resultado da mistura forçada entre colonizadores, mulheres nativas e escravizadas. Esses eventos traumáticos têm influenciado profundamente a estrutura social e racial do Brasil, estabelecendo um padrão de desigualdade e discriminação que persiste até os dias de hoje.

Apesar da diversidade cultural e racial, a ideia da democracia racial no Brasil é amplamente contestada. A mestiçagem, longe de ser um sinal de igualdade, muitas vezes serve como um disfarce para a profunda desigualdade social e econômica que afeta principalmente as populações afrodescendentes e indígenas. A falta de acesso igualitário à educação, saúde e oportunidades econômicas revela as falácias desta suposta harmonia racial. A democracia racial, assim, mostra-se como uma ilusão que obscurece as verdadeiras disparidades sociais.

O individualismo exacerbado na sociedade contemporânea contribui para a perpetuação das desigualdades raciais no Brasil. A ênfase na autonomia pessoal muitas vezes leva à falta de solidariedade e empatia, impedindo a criação de políticas públicas eficazes que possam

combater o racismo estrutural. O individualismo também se manifesta na forma de preconceitos sutis e micro agressões, que continuam a marginalizar as pessoas com base em sua origem étnica.

Conforme Darcy Ribeiro:

A forma peculiar do racismo brasileiro decorre de uma situação em que a mestiçagem não é punida mas louvada. Com efeito, as uniões inter-raciais, aqui, nunca foram tidas como crime nem pecado. Provavelmente porque o povoamento do Brasil não se deu por famílias européias já formadas, cujas mulheres brancas combatessem todo o intercurso com mulheres de cor. Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras. Essa situação não chega a configurar uma democracia racial, como quis Gilberto Freyre e muita gente mais, tamanha é a carga de opressão, preconceito e discriminação antinegro que ela encerra. Não o é também, obviamente, porque a própria expectativa de que o negro desapareça pela mestiçagem é um racismo. Mas o certo é que contrasta muito, e contrasta para melhor, com as formas de preconceito propriamente racial que conduzem ao apartheid. (RIBEIRO, 1995, p. 225)

A mestiçagem brasileira é um fenômeno intrinsecamente ligado aos estúpro coloniais, que por sua vez são fundamentais para entender as desigualdades raciais no país. A farsa da democracia racial e o individualismo exacerbado perpetuam essas disparidades, dificultando a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária. Reconhecer e confrontar esses problemas é essencial para criar um ambiente onde a diversidade seja celebrada, e onde todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica, tenham acesso igualitário a oportunidades e direitos básicos.

Para os afrodescendentes e indígenas do Brasil, a história política é uma narrativa de dor e sofrimento, marcada por séculos de opressão e violência. Desde os tempos da colonização, essas comunidades enfrentaram o cerceamento de suas liberdades fundamentais, a exploração brutal e a discriminação sistemática. A escravidão africana no Brasil é uma parte inescapável dessa história, com milhões de africanos sendo arrancados de suas terras natais e forçados a trabalhar em condições desumanas. A resistência a essas injustiças é uma característica intrínseca dessa cultura política, com heróis e heroínas como Zumbi dos Palmares, que liderou o quilombo dos Palmares, servindo como ícones de resistência e luta pela liberdade.

Para os brancos em geral, a história política do Brasil assume uma perspectiva diferente, muitas vezes caracterizada por privilégios historicamente enraizados. Durante o período

colonial e imperial, os brancos europeus desempenharam papéis dominantes na sociedade, detendo poder político, econômico e social. Isso criou uma estrutura de desigualdade que persistiu ao longo dos anos, com a elite branca usufruindo de vantagens significativas em relação às populações afrodescendentes e indígenas. Essa dinâmica de privilégio moldou a cultura política, influenciando as relações de poder e as políticas públicas ao longo da história do país.

No entanto, é importante destacar que a cultura política do Brasil é muito mais complexa do que uma mera divisão entre pretos e brancos. A nação é caracterizada por uma vasta diversidade étnica, cultural e social, que inclui populações de ascendência europeia, africana, indígena e de outras origens. Além disso, ao longo dos anos, o Brasil passou por transformações significativas, como a abolição da escravidão, a chegada de imigrantes de várias partes do mundo e mudanças políticas importantes.

O patrimonialismo brasileiro é uma característica marcante da estrutura política e social do país, tendo suas raízes históricas na colonização e perpetuando-se ao longo dos séculos. Este fenômeno está intrinsecamente ligado ao individualismo, um traço cultural que enfatiza os interesses e benefícios pessoais em detrimento do bem comum. Neste contexto, é fundamental analisar como o patrimonialismo e o individualismo se entrelaçam, impactando não apenas as esferas política e econômica, mas também a sociedade como um todo.

O patrimonialismo no Brasil refere-se ao predomínio de relações políticas e econômicas baseadas em interesses pessoais, favorecendo elites e perpetuando desigualdades sociais. Esse fenômeno tem suas raízes na colonização portuguesa, em que o poder estava concentrado nas mãos dos senhores de engenho e autoridades locais. Ao longo dos anos, essa estrutura de poder foi adaptada, mas a lógica patrimonialista persistiu, manifestando-se em nepotismo, corrupção e falta de transparência.

O individualismo, por sua vez, é uma tendência cultural que coloca os interesses pessoais acima do bem coletivo. No contexto brasileiro, isso se traduz em uma sociedade onde as pessoas muitas vezes buscam vantagens individuais, sem considerar o impacto de suas ações na comunidade. Esse individualismo exacerbado contribui para a fragmentação social, enfraquecendo laços de solidariedade e prejudicando o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

O patrimonialismo e o individualismo estão interligados, alimentando-se mutuamente. O sistema patrimonialista facilita o surgimento do individualismo ao criar um ambiente onde o acesso a recursos públicos e privilégios depende de conexões pessoais e favores, incentivando uma mentalidade de "cada um por si". Por outro lado, o individualismo perpetua o

patrimonialismo ao enfraquecer movimentos sociais e políticos que poderiam pressionar por mudanças estruturais.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. [...] Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos [...] (HOLANDA, 1995, p. 145-156)

A interseção entre patrimonialismo e individualismo tem consequências profundas para a sociedade brasileira. A desigualdade social persiste, impedindo o acesso igualitário à educação, saúde e oportunidades econômicas. Além disso, a falta de confiança nas instituições públicas e a prevalência do clientelismo minam a democracia, tornando difícil a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Conforme Raymundo Faoro:

Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi. [...] Sempre, no curso dos anos sem conta, o patrimonialismo estatal, incentivando o setor especulativo da economia e predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura, ou, na outra face, interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político; para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar. [...]

A realidade histórica brasileira demonstrou — insista-se (cap. III, 2) — a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista. (FAORO, 2001, p. 101)

O estudo realizado por Alberto Carlos Almeida revela de maneira incontestável que nossa cultura política está profundamente enraizada no patrimonialismo, uma prática política na qual o poder é exercido de forma personalista e clientelista, em que o Estado é visto como um bem privado do governante ou de um grupo de elite. Esse fenômeno histórico tem raízes antigas em nossa sociedade e tem moldado profundamente a maneira como a política é conduzida no Brasil.

Ao analisar os dados cuidadosamente coletados por Almeida, é possível observar padrões claros de comportamento político que refletem o patrimonialismo. Esses padrões incluem o individualismo, a falta do espírito coletivista, a centralização do poder em mãos de poucos, bem como a prevalência de relações pessoais e familiares em detrimento do mérito e da competência.

O estudo também destaca a persistência desses padrões ao longo do tempo, indicando que o patrimonialismo não é apenas uma característica passageira de nossa política, mas sim uma estrutura arraigada que tem resistido a várias tentativas de reforma e modernização. Isso tem sérias implicações para o desenvolvimento político e social do país, uma vez que o patrimonialismo frequentemente leva à corrupção, ao nepotismo e à má gestão dos recursos públicos (ANEXO II).

A mentalidade hierárquica no Brasil é um aspecto cultural profundamente enraizado na sociedade, influenciando várias esferas da vida, incluindo o ambiente de trabalho, a educação, as relações sociais e até mesmo a política. Essa mentalidade reflete a tendência de valorizar e aceitar a hierarquia como uma parte natural e inquestionável da vida cotidiana.

O Brasil tem uma forte tradição de respeito à autoridade, onde figuras de autoridade, como pais, professores, chefes e políticos, são tratadas com grande deferência. Isso pode levar a uma relutância em questionar decisões ou desafiar o status quo.

A hierarquia está intimamente ligada à desigualdade social no Brasil. A estrutura social brasileira historicamente tem sido altamente hierarquizada, com grandes discrepâncias de poder, riqueza e oportunidades entre diferentes grupos sociais.

A mentalidade hierárquica muitas vezes se manifesta na forma de paternismo e clientelismo, onde as relações pessoais e políticas são construídas em torno de padrões hierárquicos, favores e trocas de favores.

A burocracia no Brasil muitas vezes segue padrões hierárquicos rígidos, onde a tomada de decisões pode ser lenta e complexa, devido à necessidade de aprovações de várias camadas hierárquicas.

Apesar de um ideal de meritocracia existir, em que as pessoas são promovidas com base no mérito, a mentalidade hierárquica pode criar barreiras para o avanço, especialmente para aqueles que não têm conexões ou não se encaixam nos padrões tradicionais de hierarquia social.

A cultura do favor é um fenômeno relacionado à mentalidade hierárquica, onde as pessoas muitas vezes dependem de conexões e favores para obter oportunidades, empregos ou outros benefícios, em vez de serem avaliadas estritamente com base em suas habilidades e méritos (ANEXO III).

A confluência da esfera pública e privada no Brasil, caracterizada pelo famoso "jeitinho brasileiro" e pela figura do "homem cordial", tem sido objeto de estudo e discussão ao longo dos anos. Este fenômeno reflete a complexidade das relações sociais no país, onde os limites entre o público e o privado frequentemente se confundem. Neste contexto, é crucial analisar como essa interseção gera consequências, principalmente no que tange ao individualismo e suas ramificações na sociedade brasileira.

O "jeitinho brasileiro" é uma expressão que denota a habilidade dos brasileiros em encontrar soluções informais e muitas vezes não éticas para resolver problemas cotidianos. Essa prática, que pode envolver favores pessoais, suborno ou manipulação de regras, é vista como uma forma de contornar a burocracia e facilitar a vida em um ambiente muitas vezes desafiador. No entanto, essa adaptação cultural tem suas raízes na confluência da esfera pública e privada, onde interesses pessoais frequentemente se sobrepõem aos interesses coletivos.

O conceito do "homem cordial", introduzido pelo sociólogo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, descreve a inclinação dos brasileiros para estabelecer relações sociais baseadas na emoção e na informalidade. Esse traço cultural muitas vezes leva a uma falta de distinção entre as esferas pública e privada, criando um ambiente propício para o surgimento do "jeitinho brasileiro". A cordialidade, que deveria ser uma virtude, frequentemente se transforma em nepotismo e clientelismo, minando a meritocracia e perpetuando desigualdades sociais. Segundo o autor:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial” lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. (HOLANDA, 1995, p. 146)

A confluência da esfera pública e privada, aliada ao "jeitinho brasileiro" e à figura do "homem cordial", tem consequências significativas no tecido social do Brasil. O individualismo se torna uma tendência predominante, onde os interesses pessoais se sobrepõem aos interesses coletivos. Isso se reflete em práticas como a corrupção, a falta de solidariedade social e a desconfiança nas instituições públicas. Além disso, o individualismo exacerbado pode minar o senso de comunidade e cooperação, enfraquecendo os laços sociais e dificultando o desenvolvimento de políticas públicas eficazes (ANEXO IV).

O Brasil, como muitos países latino-americanos, possui uma forte tradição familista, onde os laços familiares são prioritários e exercem uma influência profunda nas relações sociais e políticas. Essa característica cultural, embora tenha suas raízes em valores sólidos e conexões emocionais significativas, também tem gerado consequências complexas, especialmente no que diz respeito ao aumento do individualismo na sociedade brasileira.

O familismo, no contexto brasileiro, é marcado pela forte interdependência entre membros da mesma família. Os laços familiares são valorizados acima de muitos outros aspectos da vida social, econômica e política. Este fenômeno pode ser observado em diversas esferas, desde a preferência por contratar parentes em empresas familiares até a influência dos pais na escolha das carreiras dos filhos.

Apesar de os laços familiares fortalecerem a coesão social, o familismo também tem suas desvantagens. A ênfase excessiva na família pode levar ao individualismo, onde as pessoas priorizam suas próprias necessidades e desejos em detrimento do bem comum. Quando a família é vista como o principal pilar de apoio, a confiança nas instituições sociais e políticas diminui, contribuindo para a fragmentação da sociedade.

O individualismo resultante do familismo pode prejudicar o desenvolvimento social e econômico do Brasil. O foco excessivo no interesse pessoal pode minar a solidariedade social, enfraquecendo os esforços coletivos para enfrentar desafios como a desigualdade, a pobreza e a falta de acesso a serviços básicos. Além disso, o individualismo pode dificultar a formação de uma identidade nacional coesa, fragmentando a sociedade em grupos isolados.

O familismo no Brasil, apesar de suas raízes culturais profundas e dos laços familiares significativos que promove, tem gerado um individualismo crescente na sociedade. Este fenômeno pode ser visto como um obstáculo para o progresso social, enfraquecendo a coesão social e dificultando a superação de desafios importantes (ANEXO V).

Há também o aspecto de adoção de um discurso de meritocrático sem crítica as desigualdades sociais existentes. A meritocracia, enquanto princípio fundamental de recompensar indivíduos com base em seus méritos e habilidades, tem sido amplamente adotada no contexto político e social do Brasil. No entanto, apesar da retórica de meritocracia, o povo brasileiro muitas vezes falha em fazer críticas às profundas desigualdades sociais que persistem no país. A análise revela os fatores históricos, socioculturais e econômicos que contribuem para essa aceitação passiva das disparidades sociais, examinando as raízes dessa mentalidade e seus impactos nas políticas públicas e na coesão social.

A meritocracia, como conceito, pressupõe que as recompensas e posições na sociedade devem ser distribuídas com base no mérito individual, como talento, habilidade e esforço. No

entanto, no contexto brasileiro, essa ideia muitas vezes é aceita acriticamente, sem questionamentos profundos sobre as desigualdades sociais que persistem no país.

A herança histórica da escravidão e da colonização contribuiu para a divisão social e racial no Brasil, criando uma estrutura hierárquica que persiste até os dias atuais. A distribuição desigual de terras, decorrente do período colonial, perpetuou a disparidade socioeconômica, limitando o acesso aos recursos para grande parte da população.

A cultura individualista muitas vezes leva à falta de solidariedade social, onde o sucesso pessoal é valorizado acima do bem-estar coletivo. A competição intensa em diversas esferas da sociedade frequentemente mascara as barreiras estruturais que impedem o acesso igualitário a oportunidades.

Disparidades na qualidade da educação pública versus privada criam uma lacuna no acesso a oportunidades desde a infância. A falta de acesso ao ensino superior de qualidade perpetua a divisão social, limitando as perspectivas de mobilidade ascendente para muitos brasileiros.

A falta de políticas eficazes para combater a desigualdade social, como a distribuição de renda e a promoção de oportunidades iguais, contribui para a perpetuação do fosso entre ricos e pobres.

A corrupção sistêmica e a má gestão dos recursos públicos minam os esforços para criar políticas que realmente beneficiem os mais necessitados.

Como subjetividade hegemônica, a meritocracia, enquanto discurso, contribui para manter e reproduzir as desigualdades sociais e raciais. A esse respeito, o historiador Sidney Chalhoub, professor da Universidade Harvard, afirma:

A ideia da meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve a reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria, quanto na prática (apud MERITOCRACIA, 2017, n. p).

Portanto, fica demonstrado que o Brasil, uma nação rica em diversidade cultural e recursos naturais, enfrenta desafios sociais significativos que são profundamente enraizados em sua história e cultura. Neste contexto, destacam-se aspectos cruciais: o baixo espírito de solidariedade, o patrimonialismo, o reduzido espírito público, a mentalidade hierárquica, o familismo, e um discurso meritocrático que carece de críticas.

3 IDENTIDADE POLÍTICA E PREFERÊNCIAS ELEITORAIS

A formação das preferências eleitorais de um indivíduo é um fenômeno influenciado por uma ampla gama de fatores. Esses fatores incluem, mas não se limitam a valores pessoais, ideologia política, identificação partidária, classe social e, crucialmente, a cultura política do ambiente em que o indivíduo vive. Importa analisar como esses elementos interagem e moldam as preferências eleitorais, destacando a interconexão entre eles e a influência que exercem no processo de tomada de decisão dos eleitores.

Em primeiro lugar, os valores pessoais desempenham um papel fundamental na formação das preferências eleitorais. Os valores, muitas vezes arraigados desde a infância e influenciados pela educação, religião e experiências de vida, moldam as crenças e princípios de um indivíduo. Por exemplo, alguém que valoriza fortemente a igualdade social pode ser inclinado a apoiar políticos e partidos que promovem políticas redistributivas. Da mesma forma, aqueles que valorizam a liberdade individual podem favorecer candidatos que defendem políticas de mercado livre e menor intervenção do governo na vida das pessoas.

A ideologia política também desempenha um papel crucial na formação das preferências eleitorais. A ideologia, que pode variar desde o liberalismo até o conservadorismo, passando pelo socialismo e pelo libertarianismo, fornece um quadro conceitual através do qual os indivíduos interpretam questões políticas e sociais. A afinidade ideológica com um determinado espectro político frequentemente direciona o apoio a partidos e candidatos que compartilham dessa ideologia. Assim, um indivíduo com inclinações liberais provavelmente votará em candidatos e partidos de orientação liberal, enquanto um conservador tenderá a apoiar aqueles que defendem políticas conservadoras.

A identificação partidária também é um fator importante na formação das preferências eleitorais. Os eleitores muitas vezes se identificam com um partido político, seja por herança familiar, identificação ideológica ou afinidade com as políticas e valores do partido. Essa identificação partidária tende a ser uma força estabilizadora, levando os eleitores a votar consistentemente em candidatos do mesmo partido ao longo do tempo. No entanto, é importante notar que as preferências partidárias também podem mudar ao longo da vida de um indivíduo, especialmente em resposta a mudanças na plataforma do partido ou a eventos políticos significativos.

A classe social desempenha um papel adicional na formação das preferências eleitorais. Os indivíduos de diferentes estratos sociais muitas vezes têm preocupações e interesses distintos. Por exemplo, os eleitores de classes sociais mais baixas podem estar mais preocupados com questões econômicas, como emprego e acesso a serviços públicos, enquanto os eleitores de classes sociais mais altas podem dar maior ênfase a questões fiscais e de regulação. Portanto, a classe social pode influenciar a maneira como os eleitores avaliam candidatos e partidos e as políticas que apoiam.

Além dos fatores mencionados, a cultura política do ambiente em que um indivíduo vive desempenha um papel crucial na formação das preferências eleitorais. A cultura política refere-se ao conjunto de valores, normas e práticas políticas que prevalecem em uma determinada sociedade ou comunidade. Por exemplo, em uma cultura política que valoriza a participação cívica e o ativismo político, os eleitores podem ser mais propensos a se envolver ativamente no processo político e a apoiar candidatos que promovam esses valores. Por outro lado, em uma cultura política marcada pelo cinismo e desconfiança em relação ao sistema político, os eleitores podem ser mais propensos a se afastar da política ou a apoiar candidatos considerados "outsiders".

As preferências eleitorais de um indivíduo são moldadas por uma complexa interação de fatores que incluem valores pessoais, ideologia, identificação partidária, classe social e cultura política. Esses elementos não atuam de forma isolada, mas estão interconectados e influenciam mutuamente o processo de tomada de decisão dos eleitores. Compreender como esses fatores se entrelaçam é essencial para analisar o comportamento eleitoral e prever os resultados das eleições, bem como para informar estratégias políticas eficazes e promover uma participação cívica informada e engajada.

Importa explicar que a identidade política no Brasil é um tema que tem sido objeto de estudo e debate ao longo de sua história. Para compreender a identidade política no Brasil, é necessário analisar diversos aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais que moldaram a formação da identidade política do país.

Ao longo de sua história, o país experimentou uma série de transformações que moldaram sua identidade política, tornando-a única e diversificada. A compreensão dessa identidade é essencial para o desenvolvimento político e social do Brasil, à medida que o país continua a buscar soluções para seus desafios contemporâneos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A identidade política no Brasil é resultado de um processo histórico que teve início com a colonização portuguesa no século XVI. A colonização deixou marcas profundas na sociedade

brasileira, influenciando a construção de uma identidade política única e complexa. Ao longo dos séculos, essa identidade passou por transformações significativas, refletindo as mudanças políticas, sociais e culturais que o país experimentou.

A colonização portuguesa foi um ponto de partida fundamental para a formação da identidade política brasileira. A imposição de uma cultura europeia, a exploração de recursos naturais e o estabelecimento de estruturas sociais hierárquicas contribuíram para a construção de uma identidade política inicialmente centrada na submissão ao poder colonial. No entanto, essa identidade política começou a se transformar à medida que as influências indígenas, africanas e europeias se entrelaçaram ao longo dos séculos.

A presença de diferentes grupos étnicos no Brasil desempenhou um papel crucial na formação da identidade política do país. A miscigenação entre indígenas, africanos e europeus gerou uma rica diversidade cultural e étnica que se refletiu na política brasileira. A luta pela igualdade e o reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes, indígenas e outros grupos marginalizados ao longo da história foram fatores determinantes na evolução da identidade política brasileira.

Os ciclos econômicos, como o ciclo do açúcar, do ouro e do café, também tiveram um impacto significativo na identidade política do Brasil. Cada um desses ciclos econômicos influenciou as relações de poder e a estrutura social do país, moldando a maneira como os brasileiros se identificavam politicamente. Por exemplo, o ciclo do café no século XIX contribuiu para a ascensão da oligarquia agrária como uma força política dominante.

A história política do Brasil também foi marcada por diferentes regimes, como o Império, a República Velha, o Estado Novo, a ditadura militar e o período democrático atual. Cada um desses períodos teve um impacto profundo na identidade política brasileira. O regime militar, por exemplo, moldou uma geração de brasileiros que lutaram pela redemocratização do país e pela defesa dos direitos humanos, contribuindo para uma identidade política de resistência e luta pela justiça.

Adotaremos a explicação econômica do voto, elaborada pela teoria da escolha racional, conforme delineada no trabalho de Anthony Downs em 1957, que representa uma abordagem amplamente reconhecida no campo da ciência política. Esta teoria é fundamentada nos princípios microeconômicos do individualismo metodológico, que postula que os comportamentos políticos podem ser compreendidos ao considerar os indivíduos como atores racionais e intencionais. Segundo essa perspectiva, os indivíduos buscam, primordialmente, maximizar ou, em algumas versões da teoria, otimizar seus ganhos, de maneira análoga aos consumidores no mercado econômico.

Nessa linha de pensamento, a teoria da escolha racional pressupõe que os eleitores são agentes racionais que avaliam cuidadosamente as alternativas políticas disponíveis, levando em consideração suas próprias preferências e interesses. Ao agir de forma racional e intencional, os eleitores procuram escolher candidatos ou partidos que estejam alinhados com suas convicções e que possam maximizar seus benefícios ou otimizar suas utilidades, seja em termos de políticas públicas, benefícios econômicos ou outros incentivos relevantes.

Assim, essa abordagem teórica postula que as decisões políticas dos indivíduos são impulsionadas por uma lógica de maximização ou otimização, semelhante ao comportamento dos consumidores no mercado econômico. Os eleitores, de acordo com essa visão, agem de forma estratégica, ponderando cuidadosamente as opções disponíveis para escolher aquela que melhor atende às suas necessidades e interesses. Essa teoria fornece uma estrutura conceitual robusta para compreender o processo de tomada de decisão dos eleitores e tem sido fundamental para análises em ciência política, proporcionando insights valiosos sobre o comportamento político em contextos democráticos.

A identidade política e as preferências eleitorais na sociedade brasileira refletem uma interação intrincada entre elementos familistas e uma profunda desconfiança nas instituições políticas. No cerne dessa dinâmica está a tendência arraigada de valorizar e reafirmar os laços familiares como pilares fundamentais da identidade social e política. Essa predileção pelo familismo, ou seja, a forte lealdade e interdependência entre membros da mesma família, exerce uma influência significativa sobre as escolhas políticas e as afiliações partidárias dos indivíduos.

A dicotomia entre o familismo, permeado por uma moralidade muitas vezes seletiva, e as questões de classe desempenha um papel crucial na formação das preferências eleitorais dos brasileiros. Nesse contexto, os eleitores muitas vezes são levados a votar com base em considerações morais, priorizando candidatos que parecem encarnar valores familiares tradicionais ou padrões éticos percebidos. Essa inclinação moralista, no entanto, pode ser seletiva e sujeita a interpretações diversas, o que cria uma base instável para as escolhas eleitorais.

O moralismo, muitas vezes entrelaçado com preconceitos e estereótipos sociais, pode obscurecer questões fundamentais relacionadas à desigualdade social e econômica. Ao focar excessivamente em uma suposta moralidade, os eleitores podem inadvertidamente negligenciar as políticas públicas que têm um impacto direto sobre a distribuição de recursos e oportunidades na sociedade. Essa escolha aparentemente moral pode, na verdade, perpetuar e intensificar as

disparidades sociais ao elevar ao poder líderes que não priorizam políticas inclusivas e igualitárias.

A consequência desse enfoque moralista nas eleições é uma sensação de frustração generalizada entre os brasileiros. Essa frustração é alimentada pela percepção de que, ao priorizar uma moralidade muitas vezes questionável, os eleitores contribuíram inadvertidamente para a perpetuação de um sistema que marginaliza e exclui segmentos significativos da sociedade.

Essa dinâmica complexa destaca a importância de uma análise crítica das escolhas eleitorais, considerando não apenas os aspectos superficiais da moralidade, mas também as implicações mais amplas das políticas propostas pelos candidatos. Educação pública, acesso à saúde, políticas de emprego e medidas de combate à pobreza são apenas alguns exemplos das áreas que devem ser cuidadosamente avaliadas pelos eleitores, a fim de evitar a armadilha de uma falsa moralidade que, no final das contas, prejudica os estratos mais vulneráveis da sociedade.

O familismo na sociedade brasileira é profundamente enraizado em valores culturais e tradições históricas, que muitas vezes são transmitidos de geração em geração. A coesão familiar é vista como uma fonte de apoio emocional e econômico, criando uma teia de interconexões que se estende para além das esferas privadas e permeia as decisões políticas e eleitorais. Nesse contexto, as preferências políticas frequentemente se alinham com os interesses e valores da família, moldando as escolhas eleitorais dos indivíduos.

Paradoxalmente, essa forte ligação familiar coexiste com uma notável desconfiança nas instituições políticas. A descrença generalizada nas estruturas governamentais e partidárias é alimentada, em parte, pela percepção de nepotismo e clientelismo, onde cargos públicos muitas vezes são distribuídos com base em laços familiares e relações pessoais, em detrimento do mérito e da competência. Esta prática, por sua vez, mina a confiança da população nas instituições democráticas, criando um ciclo de descrença e desengajamento cívico.

A interseção entre o familismo arraigado e a desconfiança institucional cria um terreno fértil para dinâmicas eleitorais complexas e, por vezes, paradoxais. Por um lado, a lealdade familiar pode servir como um fator determinante nas escolhas eleitorais, com os indivíduos apoiando candidatos que são percebidos como representantes dos interesses familiares. Por outro lado, a desconfiança nas instituições políticas muitas vezes leva os eleitores a adotarem uma postura cética em relação aos processos eleitorais, questionando a legitimidade e a transparência das eleições.

A interação entre o familismo e a desconfiança nas instituições políticas cria um panorama eleitoral complexo e multifacetado no Brasil. Compreender essa dinâmica é crucial para analisar e interpretar as escolhas políticas dos brasileiros, bem como para desenvolver estratégias eficazes que promovam uma participação cívica significativa e fortaleçam as instituições democráticas no país.

Nos dias de hoje, o Brasil enfrenta desafios significativos em relação à sua identidade política. Questões como desigualdade social, corrupção, polarização política e a busca por uma identidade nacional inclusiva continuam a ser pontos de debate e controvérsia. A formação da identidade política brasileira ainda está em evolução, à medida que a sociedade busca soluções para esses desafios.

4 A CRISE DA REPRESENTATIVIDADE: Uma análise do direito de liberdade e o conseqüente individualismo

A luta pelo direito de liberdade, um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, remonta às bases filosóficas e políticas das sociedades democráticas modernas. No contexto histórico, essa luta se desenvolveu como uma resposta às opressões e injustiças perpetradas por sistemas autoritários e governos absolutistas. A conquista da liberdade individual foi um marco significativo, representando a primeira geração dos direitos humanos, que também engloba direitos civis e políticos, como liberdade de expressão, de reunião e de religião.

A ascensão do ideal de liberdade trouxe consigo um individualismo inerente, valorizando a autonomia e a autoexpressão. No entanto, esse foco excessivo no indivíduo também trouxe desafios significativos para a sociedade. O individualismo exacerbado pode levar a uma falta de solidariedade e coesão social, fragmentando as comunidades em interesses diversos e, por vezes, conflitantes. Além disso, a ênfase na liberdade individual muitas vezes negligencia as disparidades sociais, perpetuando desigualdades estruturais.

Uma das conseqüências mais relevantes do individualismo é a crise de representatividade. Em sistemas democráticos, nos quais a liberdade é valorizada como um direito supremo, a representação política torna-se um elemento essencial para traduzir as necessidades e aspirações individuais em políticas públicas. No entanto, a ênfase excessiva na autonomia individual pode levar à descrença nas instituições políticas e no processo democrático como um todo. Os cidadãos podem se sentir desconectados do sistema político, questionando a capacidade dos representantes eleitos de verdadeiramente entender e abordar suas preocupações.

Nesse contexto, a crise de representatividade desafia a própria essência da democracia, que se baseia na participação ativa e informada dos cidadãos. A alienação política resultante mina a legitimidade das instituições democráticas, enfraquecendo o tecido social e político da sociedade. Portanto, é imperativo encontrar um equilíbrio entre a promoção da liberdade individual e a construção de comunidades coesas e inclusivas.

Em suma, a luta pelo direito de liberdade, como parte da primeira geração dos direitos humanos, é um testemunho do desejo humano intrínseco de autonomia e dignidade. No entanto, é essencial reconhecer e abordar as consequências do individualismo exacerbado, especialmente a crise de representatividade, para fortalecer os alicerces da democracia e promover uma sociedade mais justa e equitativa. Conforme Bauman:

O Estado é encorajado assim a supor que, como não há interferências contra a liberdade, o conteúdo do bem comum foi exaurido e o Estado nada deve a seus súditos — nem tem responsabilidade pelos danos causados a todos os súditos pelo egoísmo, inépcia ou estreiteza com que alguns exercem sua liberdade. A sociedade civil, em outras palavras, tem seus esplendores e suas inclinações menos cativantes. Uns e outras são muito mais difíceis de separar do que o Estado e a sociedade se revelaram até aqui. A indiferença e apatia políticas dos cidadãos e a renúncia do Estado a sua obrigação de promover o bem comum são filhos desagradáveis mas legítimos da sociedade civil. (BAUMAN, 2000, p. 133)

O Brasil é uma nação incrivelmente diversa em termos étnicos, culturais e socioeconômicos. No entanto, a estrutura política frequentemente não reflete essa diversidade. Muitos brasileiros sentem que o parlamento é dominado por uma elite política que não compreende ou representa adequadamente as diferentes identidades e realidades culturais do país.

A desigualdade econômica e social é uma característica marcante do Brasil. Muitos brasileiros acreditam que o parlamento não aborda adequadamente as questões relacionadas à distribuição de renda, acesso à educação e saúde, o que contribui para a sensação de não representação.

A educação política inadequada contribui para a descrença na política. Muitos brasileiros não têm um entendimento sólido do sistema político e dos mecanismos de participação, o que os torna menos engajados e mais suscetíveis à manipulação política.

A crise de representatividade no Brasil emerge como uma preocupação central no cenário político contemporâneo. Este fenômeno reflete a desconfiança crescente da população

em relação às instituições democráticas e aos representantes eleitos. Neste contexto, é imperativo conduzir uma análise prolixa e abrangente para compreender as origens, as manifestações e as possíveis soluções para essa crise, que mina os alicerces da democracia brasileira.

Para compreender a crise de representatividade no Brasil, é fundamental mergulhar nas raízes históricas que moldaram o sistema político do país. A herança colonial, marcada pelo autoritarismo e pela exclusão social, deixou cicatrizes profundas na estrutura política brasileira. A transição para a democracia nas últimas décadas do século XX foi um passo crucial, mas as instituições democráticas ainda enfrentam desafios inerentes à sua consolidação.

A crise de representatividade se manifesta de diversas maneiras, desde a apatia eleitoral até o ativismo político nas ruas. A descrença generalizada nas promessas dos políticos, a corrupção endêmica e a falta de transparência minam a confiança dos cidadãos nas instituições políticas. Além disso, a falta de diversidade e a sub-representação de certos grupos sociais nas esferas de poder exacerbam a sensação de exclusão e alienação.

A crise de representatividade no Brasil também está intrinsecamente ligada a fatores sociais e econômicos. A desigualdade de renda, a falta de acesso à educação de qualidade e os obstáculos ao desenvolvimento econômico sustentável criam um cenário propício para o surgimento de descontentamento e desconfiança nas instituições políticas. Os cidadãos marginalizados sentem-se cada vez mais desconectados do processo político, agravando a crise de representatividade.

No contexto político brasileiro, observa-se uma tendência persistente entre os cidadãos de reproduzir padrões culturais e ideológicos que perpetuam a sua própria insatisfação em relação à representatividade política. Este fenômeno pode ser compreendido a partir de uma análise multifacetada que envolve elementos como o familismo arraigado na sociedade brasileira, a retórica frágil da meritocracia, a priorização de princípios morais em detrimento das disparidades de classe, e a escolha recorrente de líderes políticos que reforçam essas ideias preexistentes.

O familismo, caracterizado pela forte ênfase nas relações familiares e no apoio mútuo entre membros da mesma família em detrimento do bem comum, tem sido uma característica cultural profundamente enraizada na sociedade brasileira. Esse padrão cultural muitas vezes se traduz em uma preferência por líderes políticos que são percebidos como "familiares" ou próximos das tradições familiares, em detrimento de líderes que possam representar uma mudança significativa na estrutura política e social do país.

Além disso, a retórica da meritocracia, que preconiza a ideia de que o sucesso e o poder são alcançados com base no mérito individual e no esforço pessoal, tem sido frequentemente utilizada para justificar as desigualdades socioeconômicas no Brasil. No entanto, essa narrativa muitas vezes ignora as barreiras estruturais que impedem o acesso igualitário a oportunidades educacionais e econômicas para todos os cidadãos, perpetuando assim as disparidades de classe. A prevalência desse discurso fraco de meritocracia contribui para a manutenção do status quo e para a resistência à implementação de políticas públicas mais inclusivas.

Outro aspecto importante a ser considerado é a tendência dos brasileiros de priorizar princípios morais e valores pessoais ao escolher seus representantes políticos, em detrimento de considerações relacionadas à competência e à capacidade de implementar políticas públicas eficazes. Essa ênfase desproporcional em questões morais pode levar os eleitores a apoiar candidatos que compartilham suas convicções pessoais, mesmo que esses candidatos não sejam os mais adequados para enfrentar os desafios políticos e econômicos do país.

Como resultado desses padrões comportamentais e culturais, os eleitores brasileiros muitas vezes optam por políticos que reproduzem e reforçam essas ideias preexistentes, perpetuando assim um ciclo de insatisfação e frustração política. Quando esses líderes eleitos não conseguem cumprir as expectativas dos eleitores ou falham em abordar as questões fundamentais que afetam a sociedade, os próprios eleitores se encontram desiludidos e decepcionados com o estado atual do sistema político.

5 CONCLUSÃO

A necessidade premente de se instaurar uma nova cultura política no Brasil emerge como um imperativo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. O embate entre a busca pela liberdade e a opressão inerente a um sistema capitalista exige uma reflexão profunda e uma ação efetiva por parte dos cidadãos e das instituições. Nesse contexto, a concretização do direito à liberdade assume um papel central.

A compreensão do individualismo na cultura política brasileira é essencial para promover uma mudança significativa e construir uma sociedade mais justa e equitativa. Para superar os desafios impostos pelo individualismo, é necessário fortalecer a educação cívica, promover a transparência e a responsabilidade no governo, e incentivar uma cultura de participação ativa dos cidadãos. Somente por meio do reconhecimento e da superação do individualismo na política brasileira poderemos construir um sistema político mais sólido e

verdadeiramente representativo, onde o bem comum seja priorizado sobre os interesses individuais.

O cerceamento do direito à liberdade, sobretudo econômica, representa uma das maiores barreiras que obstaculizam o pleno desenvolvimento das massas populares. O regime capitalista, ao favorecer a acumulação de recursos por uma elite econômica, perpetua desigualdades socioeconômicas que minam a capacidade das camadas menos privilegiadas de exercerem suas liberdades individuais e coletivas. A liberdade, nesse sentido, é frequentemente negada àqueles que não possuem os recursos necessários para participar plenamente da esfera política e econômica.

Ademais, a busca pela igualdade deve ser vista como um complemento intrínseco à luta pela liberdade. A desigualdade extrema que prevalece no Brasil, com uma pequena elite detentora de vastos recursos enquanto a maioria da população enfrenta dificuldades econômicas, sociais e educacionais, perpetua um sistema de privilégios que corrompe os fundamentos da democracia. A concretização do direito à igualdade requer a implementação de políticas públicas que visem à redistribuição de riqueza e à promoção de oportunidades equitativas para todos os cidadãos.

Contudo, a importância da fraternidade na construção de uma nova cultura política não pode ser subestimada. A fraternidade, entendida como a solidariedade e o compromisso com o bem-estar coletivo, é o alicerce sobre o qual repousa uma sociedade verdadeiramente democrática. É por meio da fraternidade que se cria um senso de pertencimento e coletividade, transcendendo as divisões sociais e econômicas que frequentemente fragmentam a nação.

A materialização desses ideais requer um esforço conjunto que transcenda as barreiras partidárias e os interesses individuais. É necessário o engajamento ativo da sociedade civil, o fortalecimento das instituições democráticas e a promoção de um debate político maduro e esclarecido. Além disso, políticas públicas que visem a inclusão social, a educação de qualidade e a justiça econômica são fundamentais para pavimentar o caminho em direção a uma nova cultura política.

Além disso, o estudo de Almeida lança luz sobre a necessidade urgente de enfrentar e superar o patrimonialismo em nossa cultura política. Isso requer não apenas reformas institucionais, mas também uma mudança profunda na mentalidade e nos valores da sociedade brasileira. É crucial promover a educação cívica, a participação cidadã e a responsabilidade política para que possamos construir uma democracia saudável e verdadeiramente representativa.

Em suma, o estudo de Alberto Carlos Almeida serve como um alerta importante para todos os cidadãos brasileiros e para os formuladores de políticas públicas. Ele nos lembra da necessidade premente de enfrentar as raízes do patrimonialismo em nossa cultura política, a fim de construir uma sociedade mais justa, transparente e equitativa para as gerações futuras.

Para promover uma maior colaboração entre os brasileiros e o governo, é essencial que haja uma reconstrução da confiança nas instituições públicas. Isso requer um esforço conjunto para combater a corrupção, aumentar a transparência, melhorar a prestação de contas e envolver ativamente os cidadãos no processo de tomada de decisões. Somente quando os brasileiros acreditarem que o governo está genuinamente comprometido em atender às suas necessidades e preocupações, poderemos esperar uma maior solidariedade e um espírito público mais elevado em nossa sociedade.

Embora a meritocracia seja frequentemente enaltecida como um ideal a ser alcançado, a falta de crítica às disparidades sociais demonstra a necessidade urgente de uma reflexão profunda sobre as estruturas políticas, econômicas e sociais que perpetuam a desigualdade no Brasil. A mudança requer não apenas uma revisão das políticas públicas, mas também uma transformação nas atitudes, valores e mentalidades da sociedade brasileira, promovendo uma cultura de igualdade e justiça social. Somente por meio de uma análise crítica e uma ação coletiva é possível desafiar e superar as barreiras que impedem a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

A sensação de não representação no parlamento brasileiro é uma questão complexa que envolve uma série de fatores culturais, históricos e sociais. Para abordar essa questão, é necessário um esforço abrangente que promova a transparência, a renovação política, a educação cívica e a inclusão de diversas vozes na tomada de decisões políticas. Somente assim será possível reconstruir a confiança dos brasileiros no sistema político e promover uma verdadeira representatividade.

Em síntese, a criação de uma nova cultura política no Brasil é um desafio urgente e incontornável. A concretização dos direitos à liberdade, igualdade e fraternidade é o alicerce sobre o qual essa cultura deve ser erguida. Somente por meio do compromisso coletivo com esses princípios fundamentais poderemos aspirar a uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Por fim, adotarei a filosofia de Paulo Freire, que foi um influente educador, filósofo e teórico da educação brasileiro. Ele defendia uma abordagem educacional centrada na emancipação e na conscientização dos indivíduos, especialmente dos oprimidos e marginalizados. Suas ideias e princípios educacionais sugerem um foco na importância da

educação participativa e colaborativa para transformar as estruturas sociais e promover a justiça social.

Freire é conhecido por sua teoria da educação libertadora, que destaca o papel crítico da educação na superação da opressão e na criação de uma sociedade mais justa. Ele argumentava que a educação deve envolver os alunos de forma ativa, estimulando o pensamento crítico, a reflexão e a ação para resolver problemas sociais. Ao empoderar as pessoas por meio da educação, Freire acreditava que era possível criar uma sociedade mais igualitária e democrática.

Em suas palavras: "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão [...]. O homem não se educa no vazio, isolado, mas em comunhão com o mundo”.

Nesta citação, Freire destaca a interconexão entre os indivíduos e o mundo ao seu redor. Ele argumenta que a educação não ocorre em um vácuo, mas sim em um contexto coletivo, onde os seres humanos estão intrinsecamente ligados uns aos outros e ao ambiente que os cerca. Essa perspectiva enfatiza a importância do coletivismo e da colaboração na experiência educacional, destacando que a aprendizagem ocorre em um contexto social, onde a interação e a comunidade desempenham um papel fundamental, e é esse o caminho que o Brasil deve trilhar para resolver grande parte de seus problemas sociais e econômicos.

6 ANEXOS

ANEXO I

Espírito público

Deve-se colaborar com o governo mesmo quando ele não cuida do que é público	41
Só se deve colaborar com o governo quando ele cuida do que é público	56
NS/NR	3

ANEXO II

A aceitação social do patrimonialismo pela população brasileira

	Discorda	Concorda
1) Cada um deve cuidar somente do que é seu, e o governo cuida do que é público	25	74
2) Ninguém deve usar as ruas e as calçadas para vender produtos	60	39
3) Quem constrói uma casa em terreno público abandonado não se preocupa com o que é público	51	48
4) Quem dá uma festa com som alto não se preocupa com os vizinhos	51	48
5) Se alguém se sente incomodado pelo vizinho, o melhor é não reclamar	50	49
6) Um funcionário que trabalha em uma empresa não deve usar o telefone do trabalho para fazer um serviço por fora	42	57
7) Alguém que recebe dinheiro do governo brasileiro para estudar no exterior, depois de concluir os estudos tem que voltar para trabalhar no Brasil	30	70
8) Já que o governo não cuida do que é público, então ninguém deve cuidar	81	18
9) Se alguém é eleito para um cargo público, deve usá-lo em benefício próprio, como se fosse sua propriedade	83	17

ANEXO III

A mentalidade hierárquica no Brasil (em percentuais)

1) Atitude que a empregada doméstica deveria ter se a patroa diz que ela pode assistir televisão na sala junto com ela	
Sentar no sofá junto da patroa e assistir TV com ela	59
Assistir TV na sala, mas pegar a cadeira da cozinha, somada com ir ver no seu próprio quarto	41
2) Atitude que os empregados de um edifício deveriam ter se os moradores dizem que eles podem usar o elevador social	
Usar o elevador social	44
Continuar usando o elevador de serviço	56
3) Atitude que os pais de uma filha de 18 anos deveriam ter se a filha de 18 anos quiser viajar com as amigas	
Deixar a filha decidir o que ela quiser	37
Decidir e dizer se a filha pode ou não viajar	63
4) Atitude que o empregado deveria ter se o patrão diz que pode ser tratado por "você"	
Passar a chamar o patrão de "você"	39
Continuar chamando o patrão de "senhor"	61
5) Atitude que um porteiro deveria ter ao ganhar na megassena	
Comprar uma casa numa área rica da cidade	21
Continuar morando no mesmo bairro, em uma casa melhor	79
6) Atitude que o patrão deveria ter se o filho diz que vai se casar com a filha do empregado	
Deixar o filho se casar com ela	91
Proibir o filho de se casar com a filha do empregado	9
7) Atitude que o empregado deveria ter se o patrão diz que ele pode tomar banho na piscina do edifício	
Tomar banho na piscina	35
Agradecer e não tomar banho na piscina	65

ANEXO IV

Favor, jeitinho ou corrupção?

	Favor	Jeitinho	Corrupção
1) Uma pessoa que costuma dar boas gorjetas ao garçom do restaurante para, quando voltar, não precisar esperar na fila é:	14	59	27
2) Uma pessoa que trabalha em um banco ajudar um conhecido que tem pressa a passar na frente da fila é:	28	56	17
3) Uma pessoa que conhece um médico passar na frente da fila do posto de saúde é:	10	50	40
4) Uma mãe que conhece um funcionário da escola passar na frente da fila quando vai matricular seu filho é:	9	50	41
5) Alguém consegue um empréstimo do governo que demora muito a sair. Conseguir liberar o empréstimo mais rápido porque tem um parente no governo é:	13	45	42
6) Pedir a um amigo que trabalha no serviço público para ajudar a tirar um documento mais rápido do que o normal é:	26	43	31
7) Passar uma conversa em um guarda para ele não aplicar uma multa é:	6	41	53
8) Guardar o lugar na fila para alguém que vai resolver um problema é:	62	33	4
9) Na fila do supermercado, deixar passar na frente uma pessoa que tem poucas compras é:	67	27	6
10) Um funcionário público receber um presente de Natal de uma empresa que ele ajudou a ganhar um contrato do governo é:	30	27	44
11) Uma pessoa ter uma bolsa de estudo e um emprego ao mesmo tempo, o que é proibido, mas ela consegue esconder do governo, é:	3	23	74
12) Fazer um gato/uma gambiarra de energia elétrica é:	4	22	74
13) Uma pessoa ter dois empregos, mas só ir trabalhar em um deles é:	3	19	78
14) Uma pessoa conseguir uma maneira de pagar menos impostos sem que o governo perceba é:	2	14	83
15) Dar 20 reais para um guarda para ele não aplicar uma multa é:	4	13	84
16) Um vizinho emprestar a outro uma panela ou fôrma que faltou para preparar a refeição é:	89	10	1
17) Pagar ao funcionário de uma companhia de energia para fazer o relógio marcar um consumo menor é:	5	10	85
18) Emprestar dinheiro a um amigo é:	90	9	1
19) Usar um cargo no governo para enriquecer é:	2	8	90

ANEXO V

Não confie em ninguém que não seja da família

	Confiança na família	Confiança nos amigos	Confiança nos vizinhos	Confiança nos colegas de trabalho	Confiança na maioria das pessoas
Não confia	16	70	77	70	85
Confia	84	30	23	30	15

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro. Record, 2007.

ALMEIDA, Alberto Carlos. GARRIDO, Tiago. **A mão e a luva: o que elege um presidente**. 1. ed. Rio de Janeiro. Record, 2022.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **O voto do brasileiro**. Rio de Janeiro. Record, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARNEIRO, João Luiz. PRANDI, Reginaldo. **EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 33 Nº 96. 2018.

DOWNS, A. (1957), **An economic theory of democracy**. Nova Iorque, Harper & Row.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1: Maquiavel. Notas sobre o Estado e Política. tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Editora Civilização Brasileiro. Rio de Janeiro, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**, vol.1 (1911-1921). (org.). e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ª.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Capítulo V. O homem cordial.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução Rubens Enderle. Boitempo Editorial.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. **A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.